

e-Tec Brasil/CEMF/Unimontes
Escola Técnica Aberta do Brasil

Meio Ambiente

Direito Ambiental

Leandro Luciano da Silva



e-Tec Brasil/CEMF/Unimontes
Escola Técnica Aberta do Brasil

Meio Ambiente

Direito Ambiental

Leandro Luciano da Silva



Montes Claros - MG
2011

Presidência da República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Secretaria de Educação a Distância

Ministro da Educação
Fernando Haddad

Secretário de Educação a Distância
Carlos Eduardo Bielschowsky

Coordenadora Geral do e-Tec Brasil
Iraci de Almeida Gallo Ritzmann

Governador do Estado de Minas Gerais
Antônio Augusto Junho Anastasia

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Alberto Duque Portugal



Reitor
João dos Reis Canela

Vice-Reitora
Maria Ivete Soares de Almeida

Pró-Reitora de Ensino
Anete Marília Pereira

Diretor de Documentação e Informações
Huangner Cardoso da Silva

Coordenador do Ensino Profissionalizante
Edson Crisóstomo dos Santos

Diretor do Centro de Educação Profissional e Tecnológica - CEPT
Juventino Ruas de Abreu Júnior

Diretor do Centro de Educação à Distância - CEAD
Jânio Marques Dias

Coordenadora do e-Tec Brasil/Unimontes
Rita Tavares de Mello

Coordenadora Adjunta do e-Tec Brasil/CEMF/Unimontes
Eliana Soares Barbosa Santos

Coordenadores de Cursos:

Coordenador do Curso Técnico em Agronegócio
Augusto Guilherme Dias

Coordenador do Curso Técnico em Comércio
Carlos Alberto Meira

Coordenador do Curso Técnico em Meio Ambiente
Edna Helenice Almeida

Coordenador do Curso Técnico em Informática
Frederico Bida de Oliveira

Coordenador do Curso Técnico em Vigilância em Saúde
Simária de Jesus Soares

Coordenador do Curso Técnico em Gestão em Saúde
Zaida Ângela Marinho de Paiva Crispim

DIREITO AMBIENTAL
e-Tec Brasil/CEMF/Unimontes

Elaboração
Leandro Luciano da Silva

Projeto Gráfico
e-Tec/MEC

Supervisão
Wendell Brito Mineiro

Diagramação
Hugo Daniel Duarte Silva
Marcos Aurélio de Almeida e Maia

Impressão
Gráfica RB Digital

Designer Instrucional
Angélica de Souza Coimbra Franco
Kátia Vanelli Leonardo Guedes Oliveira

Revisão
Maria Ieda Almeida Muniz
Patrícia Goulart Tondineli
Rita de Cássia Silva Dionísio

Apresentação e-Tec Brasil/Unimontes

Prezado estudante,

Bem-vindo ao e-Tec Brasil/Unimontes!

Você faz parte de uma rede nacional pública de ensino, a Escola Técnica Aberta do Brasil, instituída pelo Decreto nº 6.301, de 12 de dezembro 2007, com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino técnico público, na modalidade a distância. O programa é resultado de uma parceria entre o Ministério da Educação, por meio das Secretarias de Educação a Distância (SEED) e de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), as universidades e escolas técnicas estaduais e federais.

A educação a distância no nosso país, de dimensões continentais e grande diversidade regional e cultural, longe de distanciar, aproxima as pessoas ao garantir acesso à educação de qualidade, e promover o fortalecimento da formação de jovens moradores de regiões distantes, geograficamente ou economicamente, dos grandes centros.

O e-Tec Brasil/Unimontes leva os cursos técnicos a locais distantes das instituições de ensino e para a periferia das grandes cidades, incentivando os jovens a concluir o ensino médio. Os cursos são ofertados pelas instituições públicas de ensino e o atendimento ao estudante é realizado em escolas-polo integrantes das redes públicas municipais e estaduais.

O Ministério da Educação, as instituições públicas de ensino técnico, seus servidores técnicos e professores acreditam que uma educação profissional qualificada - integradora do ensino médio e educação técnica, - não só é capaz de promover o cidadão com capacidades para produzir, mas também com autonomia diante das diferentes dimensões da realidade: cultural, social, familiar, esportiva, política e ética.

Nós acreditamos em você!

Desejamos sucesso na sua formação profissional!

Ministério da Educação
Janeiro de 2010

Indicação de ícones

Os ícones são elementos gráficos utilizados para ampliar as formas de linguagem e facilitar a organização e a leitura hipertextual.



Atenção: indica pontos de maior relevância no texto.



Saiba mais: oferece novas informações que enriquecem o assunto ou “curiosidades” e notícias recentes relacionadas ao tema estudado.



Glossário: indica a definição de um termo, palavra ou expressão utilizada no texto.



Mídias integradas: possibilita que os estudantes desenvolvam atividades empregando diferentes mídias: vídeos, filmes, jornais, ambiente AVEA e outras.



Atividades de aprendizagem: apresenta atividades em diferentes níveis de aprendizagem para que o estudante possa realizá-las e conferir o seu domínio do tema estudado.

Sumário

Palavra do professor conteudista	9
Projeto instrucional	11
Aula 1 - Introdução ao Estudo do Direito	13
1.1 Conceituando o Direito	13
Resumo	13
Atividades de aprendizagem	14
Aula 2 - Fontes do Direito	15
2.1 Fontes	15
Resumo	17
Atividades de aprendizagem	17
Aula 3 - Direito Ambiental	19
3.1 Conceito de direito ambiental.....	19
3.2 Princípios do Direito Ambiental.....	19
Resumo	21
Atividades de aprendizagem.....	21
Aula 4 - Sistema Normativo Ambiental	23
4.1 Evolução do Sistema Normativo Ambiental Brasileiro.....	23
Resumo	25
Atividades de aprendizagem.....	25
Aula 5 - A Política Nacional do Meio Ambiente	27
5.1 Introdução	27
5.2 Princípios da Política Nacional do Meio Ambiente	27
5.3 Sistema Nacional do Meio Ambiente	27
5.4 O Conselho Nacional do Meio Ambiente	28
Resumo	28
Atividades de aprendizagem.....	28
Aula 6 - Responsabilidade Ambiental	29
6.1 Introdução	29
6.2 Responsabilidade Administrativa	29
6.3 Responsabilidade Civil.....	30
6.4 Responsabilidade Penal	31
Resumo	32
Atividades de aprendizagem.....	32
Aula 7 - Recursos Ambientais - Água	33
7.1 Introdução.....	33
7.2 A água	33
Resumo	35
Atividades de aprendizagem.....	35
Aula 8 - Recursos Ambientais - Solo	37
8.1 O Solo.....	37

Resumo	41
Atividades de aprendizagem.....	41
Aula 9 - Recursos Ambientais - Flora e Fauna	43
9.1 Aspectos Conceituais	43
9.2 Da flora.....	43
9.3 Da Fauna	45
Resumo	45
Atividades de aprendizagem.....	46
Aula 10 - Instrumentos de Tutela Ambiental - Estudo e Relatório de Impacto Ambiental	47
10.1 Introdução	47
10.2 Estudo de Impacto Ambiental (EIA)	47
10.3 Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)	48
Resumo	48
Atividades de aprendizagem.....	48
Aula 11 - Instrumentos de Tutela Ambiental - Licenciamento Ambiental ..	49
11.1 Aspectos Conceituais	49
11.2 Espécies de Licenciamento Ambiental	51
Resumo	51
Atividades de aprendizagem.....	51
Aula 12 - Instrumentos de Tutela Ambiental - Criação Espaços Especialmente Protegidos	53
12.1 Introdução	53
12.2 Áreas de Preservação Permanente e Reserva Florestal Legal ..	53
12.3 Unidades de Conservação	54
Resumo	55
Atividades de aprendizagem.....	55
Referências.....	56
Currículo do professor conteudista	59

Palavra do professor conteudista

Caros alunos, sejam bem-vindos ao módulo de Direito Ambiental, neste módulo trataremos de assuntos importantes do nosso dia a dia relacionados ao meio ambiente, os temas tratados nesse módulo acompanharão vocês na caminhada profissional e nosso material servirá de consulta tanto durante o módulo de Direito Ambiental, quanto em situações das atividades profissionais de vocês.

Buscamos disponibilizar um material completo e atual, em arquivos em PDF, que irão facilitar a consulta e pesquisa do aluno com localização rápida e precisa dos temas trabalhados.

Você, aluno é o personagem mais importante desse módulo, sua dedicação nos estudos é a garantia de que ao final você terá o aproveitamento de 100%.

Contamos como você tanto nos estudos individuais quanto nas participações nos debates nas aulas pelo VirtualMontes, conhecer sua realidade faz parte do processo de ensino aprendizagem e para todos nós que estamos envolvidos nesse processo, será uma experiência inesquecível.

Contamos com você!
Boas Vindas e bons estudos!

Projeto instrucional

Disciplina: Direito Ambiental (carga horária: 56h).

Ementa: Noções básicas de Direito. Sistema normativo ambiental. Responsabilização ambiental. Recursos ambientais: água, flora, fauna, solo. Instrumentos de tutela ambiental: estudo de impacto ambiental, licenciamento ambiental, criação de espaços territoriais especialmente protegidos.

AULA	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	MATERIAIS	CARGA HORÁRIA
Aula 1. Introdução ao Estudo do Direito.	Definir o que é o Direito e compreender sua importância na ordem social.	Caderno Didático; Data-Show; Computador; Internet; Ambiente Virtual de Aprendizagem-Virtual-Montes.	3h
Aula 2. Fontes do Direito	Apresentar aos alunos as principais fontes do direito, existentes em nosso ordenamento jurídico.	Caderno Didático; Data-Show; Computador; Internet; Ambiente Virtual de Aprendizagem-Virtual-Montes.	4h
Aula 3. Direito Ambiental.	Trabalha com os alunos o Direito Ambiental: aspectos conceituais e principais princípios do Direito Ambiental.	Caderno Didático; Data-Show; Computador; Internet; Ambiente Virtual de Aprendizagem-Virtual-Montes.	4h
Aula 4. Sistema Normativo Ambiental.	Apresentar aos alunos o sistema normativo ambiental, seu surgimento, as principais normas relativas ao meio ambiente e os principais órgãos responsáveis pela política e pelo Sistema Nacional do Meio Ambiente.	Caderno Didático; Data-Show; Computador; Internet; Ambiente Virtual de Aprendizagem-Virtual-Montes.	5h
Aula 5. A Política Nacional do Meio Ambiente.	Apresentar e discutir com os alunos a Política Nacional do Meio Ambiente e seus mecanismos partindo da análise da Lei Federal nº. 6.938 de 31 de agosto de 1981.	Caderno Didático; Data-Show; Computador; Internet; Ambiente Virtual de Aprendizagem-Virtual-Montes.	7h

Aula 6. Respon- sabilidade Ambiental.	Demonstrar aos alunos as dimensões da responsabilidade ambiental: responsabilidade administrativa, Responsabilidade civil e responsabilidade penal e, quando poderão ocorrer essas modalidades de responsabilidade, sejam separadas ou de forma cumulativa.	Caderno Didático; Data-Show; Computador; Internet; Ambiente Virtual de Aprendizagem-Virtual-Montes.	7h
Aula 7. Recursos Ambientais - Água.	O objetivo desta aula é analisar os recursos ambientais que compõem o patrimônio ambiental nacional em especial, nessa aula trataremos do recuso “ÁGUA”.	Caderno Didático; Data-Show; Computador; Internet; Ambiente Virtual de Aprendizagem-Virtual-Montes.	4h
Aula 8. Recursos Ambientais - Solo.	identificar com os alunos a importância do solo como recurso ambiental e as normas que disciplinam sua utilização.	Caderno Didático; Data-Show; Computador; Internet; Ambiente Virtual de Aprendizagem-Virtual-Montes.	4h
Aula 9. Recursos Ambientais - Flora e Fauna.	Trabalhar o conceito flora e fauna e estudar as legislações pertinentes à matéria.	Caderno Didático; Data-Show; Computador; Internet; Ambiente Virtual de Aprendizagem-Virtual-Montes.	4h
Aula 10. Instrumen- tos de Tutela Ambiental - Estudo e Relatório de Impacto Ambiental.	Trabalhar com os alunos os fundamentos básicos do Estudo e do Relatório Ambiental, bem como os instrumentos normativos que disciplinam o tema.	Caderno Didático; Data-Show; Computador; Internet; Ambiente Virtual de Aprendizagem-Virtual-Montes.	4h
Aula 11. Instrumen- tos de Tutela Ambiental - Licen- ciamento Ambiental.	Trabalhar com os alunos, os aspectos relevantes do licenciamento ambiental, as atividades sujeitas ao licenciamento, espécies de licenciamento ambiental e a competência para a concessão da licença ambiental.	Caderno Didático; Data-Show; Computador; Internet; Ambiente Virtual de Aprendizagem-Virtual-Montes.	5h
Aula 12. Instrumen- tos de Tutela Ambiental - Criação Espaços Es- pecialmente Protegidos.	Analisar com os conceitos de espaços especial- mente protegidos, e os instrumentos normativos para a instituição desses espaços.	Caderno Didático; Data-Show; Computador; Internet; Ambiente Virtual de Aprendizagem-Virtual-Montes.	5h

Aula 1 - Introdução ao Estudo do Direito

Objetivos

Definir o que é o Direito e compreender sua importância na ordem social.

1.1 Conceituando o Direito

Imagine se todos os homens realizassem suas atividades cotidianas pensando sempre em si mesmos e, não se importando com a repercussão de suas ações. Seria um problema, vivenciariamos as pessoas se apropriando dos bens uns dos outros ou fazendo justiça com as próprias mãos.

Pois é, se o **DIREITO** não existisse, talvez, a situação acima descrita seria uma constante em nossa sociedade, presenciariamos todos esses acontecimentos e não poderíamos fazer nada para mudar esse quadro, isso porque, não teríamos instrumentos para exercer nossas liberdades ou impedir que nossos semelhantes extrapolassem o exercício das suas.

Ocorre que o homem é um ser social, ou seja, tem a necessidade de se relacionar e viver em coletividade, em razão disso, os homens estabelecem regras de conduta que possibilitam o convívio harmônico e impedem a materialização do caos e do desrespeito recíproco. Porém, essas regras de conduta não são estabelecidas por um único indivíduo ou uma minoria a despeito dos demais.

Desde que o indivíduo passou a viver em sociedade ele se beneficia das vantagens do convívio social, mas também se submete aos ordenamentos sociais de convivência, além de abdicar do exercício das próprias razões, atribuindo ao Estado a obrigação de estabelecer normas de conduta e regular as relações sociais, e o Estado, por sua vez, realiza essas atividades através do **DIREITO**.

Nesse sentido, podemos conceituar o **DIREITO** como o conjunto de normas, princípios e valores que o Estado cria para regular as relações sociais de determinado povo em determinada época (Pereira, 1976; NADER, 2005; REALE, 2005).

Resumo

Nesta aula, estudamos que os indivíduos, para viverem em sociedade, necessitaram criar normas de conduta, que possibilitassem a todos viver em harmonia. Surgiu então, o Direito, que pode ser conceituado como

o conjunto de normas, princípios e valores criados para regular a vida de determinado povo e em determinada época, esse conjunto de normas princípios e valores compõem um ordenamento jurídico.

Atividades de aprendizagem

1) Utilizando a *internet*, pesquise quais foram as primeiras leis escritas destinadas a regular as relações sociais.

Aula 2 - Fontes do Direito

Objetivos

Esta aula tem por objetivo apresentar aos alunos as principais fontes do direito, existentes em nosso ordenamento jurídico.

2.1 Fontes

Nossa aula de hoje começa com uma pergunta. O que é fonte?

Isso mesmo, para vocês, o que seria uma fonte?

Quando falamos em meio ambiente um recurso natural que logo nos vem à mente é a água, em nossa região temos uma grande representação desse recurso da natureza, rapidamente pensamos no rio São Francisco, o rio da integração nacional ou carinhosamente como é chamado por muitos o “Velho Chico”.

O Velho Chico corta vários Estados brasileiros, e grande parte desse rio está em nosso Estado, Minas Gerais, onde inclusive encontramos sua nascente, isso mesmo, o rio São Francisco nasce em Minas e sua FONTE fica exatamente na Serra da Canastra.

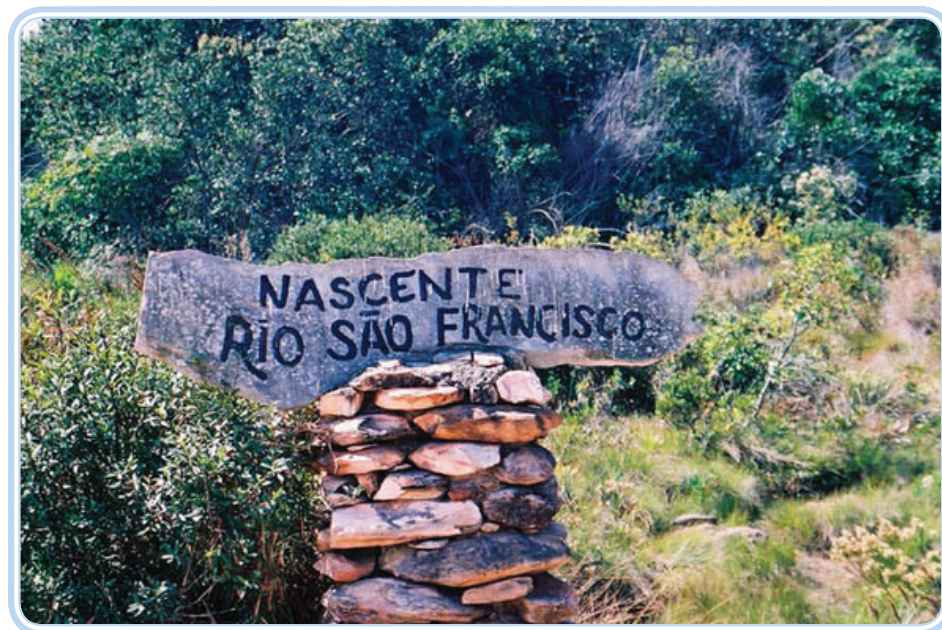


Figura 1: Nascente do rio São Francisco - Serra da Canastra/MG.

Fonte: Centro de Estudo Sócio Ambiental da Bacia do São Francisco. Disponível em: http://3.bp.blogspot.com/_wrGPGamjeCI/TGUolpx9kl/AAAAAAAAAFY/GvbUuh_gzlQ/S270/nascente_rio_sao_francisco_serra_canastra_grd.jpg Acesso em 20/06/2011.

Perceberam que podemos atribuir à fonte o conceito de origem de alguma coisa, assim como a nascente de um rio, no caso do São Francisco. Pois é, fonte é isso mesmo é a origem.

No caso do direito, não é diferente. Nós também temos as fontes do direito, ou seja, de onde vem o direito. As principais fontes do direito em nosso ordenamento jurídico são as leis, os costumes, a doutrina e os princípios gerais do direito.

A-Z

Vigência é o período de validade de determinada lei, o período em que a obediência a essa lei é obrigatória. Uma lei tem vigência até que outra a modifique ou a revogue. Revogar é retirar do ordenamento jurídico, ou seja, a lei revogada deixa de ter obrigatoriedade em ser seguida (BRASIL, 1942).

2.1.1 A Lei

No Brasil, a principal fonte do direito é a lei, ela por sua vez, pode ser conceituada como uma norma jurídica de observação geral e obrigatória, ou seja, que deve ser seguida por todas as pessoas de determinado país e enquanto tiver **vigência**.

O nosso ordenamento jurídico admite vários tipos de normas, ou melhor, leis. A mais importante delas é a Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988, que muitos chamam de Constituição Federal, além da Constituição Federal encontramos em nosso ordenamento jurídico, as emendas à Constituição, as leis complementares, as leis ordinárias, as leis delegadas, os decretos legislativos, as resoluções e as medidas provisórias.

A Constituição de um país é o documento jurídico mais importante de um povo. As demais leis, quando criadas, não podem contrariar o texto da Constituição, sob pena de não poderem ser aplicadas no ordenamento jurídico.

2.1.2 Os Costumes

Os costumes são aquelas práticas habituais ou que sempre se repetem por determinados grupos sociais, essas práticas constantes também são consideradas fontes do direito (DINIZ, 2005; REALE, 2005).

Um exemplo muito interessante para ilustrar os costumes, como fontes do direito, é o do cheque.

O cheque é juridicamente considerado uma ordem de pagamento à vista, ou seja, o cidadão que utiliza o cheque para pagar suas contas ou realizar suas compras, só poderia fazê-lo com o cheque se ele contasse com o dinheiro em conta bancária para a compensação do seu valor. Ocorre que as pessoas criaram uma nova figura para o cheque, ou seja, o chamado cheque pré-datado, aquele no qual colocamos uma data para a apresentação do cheque. Então ele deixa de ser uma ordem de pagamento à vista e passa a uma ordem de pagamento a prazo, figura criada pelo costume e pelas práticas comerciais.

2.1.3 A Doutrina

A doutrina é o estudo jurídico científico sobre determinados temas do direito elaborado por juízes, advogados, professores promotores e cientistas do direito. Esses estudos ou doutrinas são de grande importância para o ordenamento jurídico, pois auxiliam na compreensão das normas e dos fenômenos que constantemente surgem universo das relações sociais (NADER, 2005).

2.1.4 Princípios gerais do direito

Segundo Reale (2005), os princípios gerais do direito são enunciados normativos extraídos do próprio ordenamento jurídico com o objetivo de facilitar a compreensão e orientar a aplicação das leis de determinado ordenamento jurídico. No nosso ordenamento jurídico, existem vários princípios, sendo alguns deles até extraídos da própria constituição, os mais conhecidos são o da igualdade, que segundo ele todos são iguais perante a lei, o princípio da reserva legal, impondo que ninguém é obrigado a fazer algo ou deixar de fazer senão em virtude de lei.

Resumo

Nesta aula, estudamos que as fontes do direito são a origem do próprio direito e que as principais fontes que compõem o nosso ordenamento jurídico, são a lei, a doutrina, os costumes e os princípios gerais do direito.

Atividades de aprendizagem

- 1) Pesquise sobre a vigência da lei em nosso país, quando uma lei entra em vigor e como ela pode ser revogada.
- 2) Descubra outros costumes que podem ser utilizados como fonte do direito em nosso ordenamento jurídico.



Sobre a vigência das leis em nosso ordenamento jurídico, leia o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 denominado de “Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro”, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del4657.htm>

Aula 3 - Direito Ambiental

Objetivo

A presente aula tem por objetivo apresentar o Direito Ambiental, alguns aspectos conceituais e os principais princípios do direito ambiental.

3.1 Conceito de direito ambiental

Antes de falarmos do conceito de Direito Ambiental é importante observarmos que poderemos encontrar várias expressões para identificar esse ramo do direito, como por exemplo: direito do meio ambiente, direito do ambiente, direito ecológico e outras denominações.

Em nossas aulas usaremos a expressão “Direito Ambiental”. Isso por ser identificada como a mais utilizada pelos doutrinadores, juristas, advogados e outros operadores do direito.

Mas o que é o Direito ambiental?

O Direito Ambiental pode ser conceituado como o ramo do direito que estuda, analisa e discute as questões e os problemas ambientais e sua relação como meio ambiente. Tem por objetivo a proteção do meio ambiente e a melhoria das condições de vida do planeta, e mais, é o conjunto de princípios, valores e normas jurídicas que disciplina a relação do homem com o meio ambiente (SIRVINSKAS, 2010; MILARÉ, 2009).

3.2 Princípios do Direito Ambiental

Como vimos, o Direito Ambiental é um conjunto de princípios e normas que disciplina as relações entre o homem e o meio ambiente. Na Aula 2, observamos que os princípios são fontes do direito, ou seja, os princípios dão suporte para o surgimento de normas, para a sua aplicação e para uma melhor compreensão do nosso ordenamento jurídico.

No direito ambiental, não é diferente. Como fonte do Direito Ambiental os princípios têm papel de grande importância para esse ramo do direito, por isso, desse momento em diante falaremos um pouco sobre os principais princípios do direito ambiental.

Se pesquisarmos um pouco não será difícil encontrarmos vários princípios relacionados ao Direito Ambiental, mas, se nos detivermos a todos os princípios que encontrarmos estaremos condenados ao estudo de princípios do Direito Ambiental por muito tempo, porém nosso objetivo não é apenas o estudo dos princípios, mas o Direito Ambiental como um todo.

Portanto nos dedicaremos aos principais princípios do Direito Ambiental.

O primeiro princípio a ser abordado em nosso estudo é o **princípio do direito humano ou princípio do direito a sadia qualidade de vida**.

Esse princípio emergiu da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente - Declaração de Estocolmo de 1972, onde consignou que os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável e que têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com o meio ambiente (ROCCO, 2005).

Esse princípio consagra o direito do homem a um ambiente saudável.

Outro princípio de grande importância para o direito ambiental é o **princípio do acesso equitativo aos recursos naturais**, por esse princípio afasta-se o mito da natureza intocada, uma vez que, segundo o princípio do acesso equitativo, todos têm direito ao uso de recursos naturais, mas, desde que, esse uso seja regulado de forma a manutenção desses recursos, garantindo o acesso igualitário (MACHADO, 2006).

O **princípio do poluidor-pagador** integra o rol de princípios do direito ambiental, e por este, de acordo Philippi Jr; Alves (2005), o poluidor deve arcar de forma ampla com os ônus da poluição a que der causa.

O desenvolvimento sustentável talvez seja um dos temas mais preocupantes em se tratando da relação do homem com o meio ambiente, assunto que também ganhou qualidade de princípio, estamos falando do **princípio do desenvolvimento sustentável**. Segundo Martins da Silva (2004), esse princípio busca harmonizar o desenvolvimento econômico-social com a preservação do meio ambiente, constituindo esse último em parte integrante do processo de desenvolvimento das sociedades modernas.

A preocupação do homem com o meio ambiente não poderia se limitar apenas em punir ou reprimir aqueles que degradassem o que consumissem de forma predatória e desordenada os recursos naturais. Nesse sentido, antes de qualquer intervenção do homem no meio em que vive deve ser precedida de estudos que informe que a intervenção pretendida não é prejudicial ao meio ambiente ou se o é, quais as formas de minimizar ou inibir seus efeitos. Estamos falando do **princípio da precaução ou prevenção**, que admite a intervenção do homem no meio ambiente, apenas após o conhecimento das consequências dessa intervenção na natureza (PHILIPPI JR; ALVES, 2005).

Um meio ambiente saudável é direito de todos e sua preservação e conservação é dever da sociedade civil e do estado, dessa assertiva emerge o **princípio da participação ou princípio democrático**, segundo o qual, poder público e sociedade devem de forma conjunta empregar todos os esforços para a proteção do meio ambiente (SIRVINSKAS, 2010).

Princípio do limite é outro princípio do direito ambiental e, por esse princípio, a administração pública tem o dever de fixar parâmetros para as emissões de partículas, ruídos e corpos estranhos no meio ambiente, levando em conta a proteção à vida e o meio ambiente (MARTINS DA SILVA, 2004).

Para encerramos a análise dos princípios do direito ambiental, destacamos o **princípio da cooperação entre os povos**. Segundo Antunes (2009), as intervenções ambientais e seus efeitos não se restringem apenas ao local onde ocorrem, ou seja, ultrapassam fronteiras, o princípio da cooperação entre os povos, chama todas as nações a direcionarem esforços para a proteção ambiental, sempre respeitando a soberania de cada nação.

Resumo

Nessa aula vimos que o direito ambiental é uma disciplina que trata da relação do homem com o meio ambiente. Vimos também que, assim como outros ramos do direito, o direito ambiental é composto por princípios, normas e valores e que os principais princípios do direito ambiental são: o princípio do direito humano ou do direito à sadia qualidade de vida, o princípio do acesso equitativo aos recursos naturais, princípio do poluidor-pagador, princípio do desenvolvimento sustentável, o princípio da participação ou princípio democrático, o princípio do limite e o princípio da cooperação entre os povos.

Atividades de aprendizagem

Nós observamos que, além dos princípios estudados nessa aula, existem outros princípios do direito ambiental, a partir dessa afirmação, realize uma pesquisa, e descubra pelo menos mais cinco princípios do direito ambiental e explique o que você compreendeu sobre cada um deles.

Boa Sorte!

Aula 4 - Sistema Normativo Ambiental

Objetivo

O objetivo desta aula é apresentar aos alunos o sistema normativo ambiental, seu surgimento, as principais normas relativas ao meio ambiente e os principais órgãos responsáveis pela política e pelo Sistema Nacional do Meio Ambiente.

4.1 Evolução do Sistema Normativo Ambiental Brasileiro

Como nós vimos, o direito ambiental é um ramo do direito que estuda, analisa e discute as questões e os problemas ambientais. Vimos também que o Direito Ambiental tem várias fontes.

É importante percebermos que a principal fonte do Direito Ambiental é a Legislação ambiental, que, apesar existirem de normas protecionistas desde o Brasil colônia, foi a partir da aprovação da Lei nº. 6.938 de 31 de agosto de 1981, que se percebe uma maior evolução do sistema normativo brasileiro em matéria ambiental.

A Lei nº. 6.938/81 estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), que tem como órgão consultivo o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Além do CONAMA, a PNMA conta com o SISNAMA que é composto por representantes de todos os ministérios da República, de todos os governos estaduais, por representantes dos municípios, de entidades de classe, de organizações não governamentais e de entidades ambientais.

Outro marco histórico no sistema normativo brasileiro foi a Resolução nº 1 de 1986 do CONAMA, que trata dentre outras matérias do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), documentos exigíveis obras e empreendimentos potencialmente poluidores.

Acompanhando esse amadurecimento do nosso sistema normativo, acompanhamos o nascimento da Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988 - CRFB/88, que, entre outras garantias, deu grande importância ao meio ambiente, dedicando um capítulo especialmente à matéria ambiental, o Capítulo VI - Do Meio Ambiente artigo 225 e seus incisos.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, CRFB/88, ou Constituição Federal, como é comumente chamada, é a lei mais importante do nosso país, nela encontramos o sistema de organização do Estado e as garantias básicas do cidadão e é nela que estão tratados os assuntos considerados como mais importantes para a nossa sociedade, entre esses assuntos, o meio ambiente, que foi tratado especificamente no art. 225, vejam só:

CRFB/88 - CAPÍTULO VI - DO MEIO AMBIENTE

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as Unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Fonte: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 jan. 2011.

Apartir de 1988, outros instrumentos normativos em matéria ambiental foram surgindo em ordenamento, de grande importância foi a Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, conhecida como a lei dos crimes ambientais e muitas outras leis que viriam a compor o sistema normativo ambiental brasileiro.

Resumo

Nessa aula nos vimos que no Brasil já existiam várias leis que tratavam de assuntos relacionados ao meio ambiente, porém, foi em 1981 que se começa a formação de um sistema normativo ambiental, primeiro com a Lei 6.938/81, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), e o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Vimos também que o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), órgão consultivo do SISNAMA, editou em 1986 a resolução 01/86, que trata do estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA). Constatamos ainda, que a Constituição da república federativa do Brasil de 1988 - CRFB/88, também deu grande importância ao meio ambiente e por fim verificamos que um salto importante do nosso sistema normativo foi a criação da Lei de crimes ambientais - Lei. 9.605/98.

Atividades de aprendizagem

1) Pesquise em livros, revistas e em sítios especializados sobre a existência de normas de proteção ao meio ambiente existentes no Brasil antes de 1981.

Aula 5 - A Política Nacional do Meio Ambiente

Objetivo

Apresentar e discutir com os alunos a Política Nacional do Meio Ambiente e seus mecanismos partindo da análise da Lei Federal nº. 6.938 de 31 de agosto de 1981.

5.1 Introdução

A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) surge com o advento da Lei Federal nº. 6.938 de 31 de agosto de 1981, e tem como objetivo geral a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental visando assegurar no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

5.2 Princípios da Política Nacional do Meio Ambiente

Os princípios da Política Nacional do Meio Ambiente estão dispostos no art. 2º, da Lei nº. 6.938/81, e todos direcionam as ações do Estado para o atendimento do objetivo geral da PNMA, destacando-se a importância atribuída ao meio ambiente como patrimônio público e o papel do Estado na sua proteção.

Esses princípios podem ser caracterizados como princípios de controle e acompanhamento (incisos II; III; V; VI; VII); princípios de preservação e proteção (IV; IX), princípios de recuperação (VIII), além do princípio da educação ambiental para a defesa do meio ambiente.

5.3 Sistema Nacional do Meio Ambiente

O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) é um conjunto articulado de órgãos, instituições não governamentais e da sociedade civil, que é responsável pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.

O SISNAMA é composto por um órgão superior ou Conselho de Governo; por um órgão consultivo e deliberativo, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); por um órgão central, a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República; por um órgão executor, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); por órgãos seccionais que são órgãos ou entidades estaduais; e, por fim, por órgãos locais, órgãos ou entidades municipais.

5.4 O Conselho Nacional do Meio Ambiente

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é órgão deliberativo e consultivo no organograma do SISNAMA, é presidido pelo ministro do meio ambiente.

O CONAMA é responsável por estabelecer normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras. Determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como a entidades privadas, as informações indispensáveis para apreciação dos estudos de impacto ambiental, e respectivos relatórios, no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental, especialmente nas áreas consideradas patrimônio nacional (ROCCO, 2005).

Compete ainda ao CONAMA, homologar acordos visando à transformação de penalidades pecuniárias na obrigação de executar medidas de interesse para a proteção ambiental. Determinar, mediante representação do IBAMA, a perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público, em caráter geral ou condicional, e a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito; estabelecer, privativamente, normas e padrões nacionais de controle da poluição por veículos automotores, aeronaves e embarcações, mediante audiência dos Ministérios competentes. Estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos (BRASIL, 1981).

Resumo

Caros alunos, nesta aula, nós vimos que a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) foi instituída pela Lei Federal nº. 6.938 de 31 de agosto de 1981, e que essa mesma lei estabelece os objetivos e princípios da PNMA. Vimos ainda, que a PNMA é composta pelo Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), e que, entre os órgãos que compõem o SISNAMA, temos o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, órgão consultivo e deliberativo que tem como presidente o Ministro do Meio Ambiente.

Atividades de aprendizagem

1) Nesta aula, vimos que a Lei Federal nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelece o princípio geral da PNMA, Vá até o VirtualMontes e na aula de hoje, acesse a Lei Federal nº. 6.938/81, faça uma boa leitura, identifique e escreva os princípios específicos da PNMA.

2) O SISNAMA é um conjunto articulado de órgãos, instituições não governamentais e representantes da sociedade civil, retome a leitura da Lei Federal nº. 6.938/81. Identifique e escreva os órgão e as suas respectivas funções no âmbito do SISNAMA.

Aula 6 - Responsabilidade Ambiental

Objetivo

Demonstrar aos alunos as dimensões da responsabilidade ambiental: responsabilidade administrativa, responsabilidade civil e responsabilidade penal, e, quando poderão ocorrer essas modalidades de responsabilidade, sejam separadas ou de forma cumulativa.

6.1 Introdução

A responsabilidade pode ser entendida como a obrigação que a pessoa, física ou jurídica, pública ou privada, tem de responder pelos seus atos e pelos atos de quem os estejam representando (MACHADO, 2006).

No ordenamento jurídico brasileiro o fundamento para a Responsabilização ambiental encontra-se no § 3º do art. 225 da CRFB/88, que estabelece que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas independente da obrigação de reparar o dano.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Fonte: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 jan. 2011.

A partir da leitura do art. 225, podemos perceber que a responsabilidade ambiental se apresenta em três dimensões: a administrativa, a civil e a penal, que passaremos a abordar agora.

6.2 Responsabilidade Administrativa

A Responsabilidade Administrativa decorre do desrespeito às normas administrativas de controle e fiscalização da utilização dos recursos naturais (SIRVINSKAS, 2010).

A-Z

Poder de Polícia:

Segundo o artigo 78 do Código Tributário Nacional, considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

O Estado, no cumprimento de seu papel de proteção ao meio ambiente, é investido do Poder de Polícia da Administração, que lhe possibilita instituir normas, fiscalizar e aplicar sanções administrativas ao poluidor, pessoa física ou jurídica, que viola as normas ambientais.

Um bom exemplo a ser utilizado diz respeito ao licenciamento ambiental, a Lei nº. 6.938, estabelece em seu art. 10 que a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente. Ocorre que, o empreendedor que iniciar atividades caracterizadas como efetivas ou potencialmente poluidoras, poderá incorrer nas sanções administrativas previstas no Decreto Nº. 3.179 de 21 de setembro de 1999, que dispõem sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, além das infrações previstas na Lei Nº. 9.605/98.

No caso de falta de licenciamento, a pena pode ser de suspensão de venda e fabricação de produto; suspensão parcial ou total das atividades, além de multa e apreensão.

6.3 Responsabilidade Civil

A Responsabilidade Civil em matéria ambiental é o tipo de responsabilidade na qual o sujeito responde com o seu patrimônio pelo dano causado ao meio ambiente. A base jurídica dessa responsabilidade está no Código Civil Brasileiro de 2002 (FIUZA, 2009).

Código Civil, Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Fonte: BRASIL. Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 20 jan. 2011.

No ordenamento jurídico brasileiro, a responsabilidade civil pode ser caracterizada de forma objetiva ou subjetiva.

Segundo Fiuza (2009), a responsabilidade é subjetiva quando na ocorrência do dano estiverem presentes os elementos caracterizadores da culpa: ação ou omissão, imprudência e negligência. Ocorre que, para os danos ao meio ambiente o ordenamento jurídico brasileiro adotou o critério da responsabilidade objetiva, conforme prescreve o § 1º do art. 14 da lei nº. 6.938/81.

Lei nº. 6.931/81

Art. 14 [...]:

§ 1º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

Fonte: BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 14 mar. 2011.

A responsabilidade é objetiva, nos termos do parágrafo único do art. 927, e do § 1º do art. 14 da lei nº. 6.938/91, quando independente de culpa, o causador da lesão ao meio ambiente será obrigado a reparar o dano causado (FIUZA, 2009; SIRVINSKAS, 2010).

Nesses casos, a obrigação de reparar o dano surgirá da comprovação de que a conduta ou atividade do agente deu causa ao dano ambiental, então haverá um **nexo causal**, ou seja, um elo entre a conduta/atividade e o dano causado ao meio ambiente.

Vejamos o exemplo do empreendedor que, na extração de areia no leito do rio, degrada a mata ciliar às margens desse rio, sendo essa mata área de preservação permanente. Nesse caso se autuado, além da multa de caráter administrativo, o poluidor poderá ser impelido a recuperar a mata ciliar degradada, caso essa recuperação não seja possível, deverá ser fixado um valor a título de indenização pelo dano causado.

6.4 Responsabilidade Penal

A responsabilidade penal em matéria ambiental é caracterizada quando a conduta do poluidor está prevista na legislação brasileira e caracterizada como crime ambiental. Isso porque em nosso ordenamento jurídico não existe crime sem lei anterior que o defina (SIRVINSKAS, 2010; PHILIPPI JR; ALVES, 2005).

Enquanto na responsabilidade administrativa o poluidor, responde com multa e sanções de cunho administrativo como suspensão, multas e perda de alvará, e na civil, responde com seu patrimônio na indenização ou recuperação da área degradada, na responsabilidade penal, o poluidor, além da fixação de multas responde também com a própria liberdade.

As sanções penais derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente estão previstas na Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

É importante observar, que a Lei Nº. 9.605/98 expressa que: quem de qualquer forma concorra para a prática de crimes ambientais, incorrerá nas penas ali previstas.

A repercussão dessa afirmativa implica reconhecer que, não só o agente que praticou a conduta danosa, mas todos aqueles que direta ou indiretamente concorrem para a prática do ato, ou seja, desde o agente que diretamente degradou, até o administrador, o gestor, incluindo a responsabilidade da pessoa jurídica.

Os crimes ambientais podem ser compreendidos em: crimes contra a fauna, crimes contra a flora, crimes que causem poluição, crimes contra o ordenamento urbano e contra o patrimônio cultural, crimes contra a administração ambiental, previstas pela Lei Nº. 9.605/98,

Quanto às penas aplicadas aos caso dos crimes ambientais previstos na Lei Nº 9.605/98, podemos estabelecer as seguintes penas: penas privativas de liberdade - detenção; as restritivas de direito - prestação de serviços à comunidade, - interdição temporária de direitos, suspensão parcial ou total de atividades, prestação pecuniária, recolhimento domiciliar.

As pessoas jurídicas também estão sujeitas a penas por crimes ambientais. Às pessoas jurídicas, aplicam-se as seguintes penas: multa; restritivas de direitos; prestação de serviços à comunidade (BRASIL, 1998).

As penas restritivas de direito são entendidas como a suspensão parcial ou total de atividades, a interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade, e a proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações (BRASIL, 1998).

A pena de prestação de serviços à comunidade pela pessoa jurídica consiste em: custeio de programas e de projetos ambientais, execução de obras de recuperação de áreas degradadas, manutenção de espaços públicos, contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas (BRASIL, 1998).

É importante observar que nos crimes ambientais a ação penal é pública incondicionada, e o titular da ação é o Ministério Público (BRASIL, 1998).

Resumo

Nesta aula, vimos que a responsabilidade ambiental se apresenta em três dimensões: responsabilidade civil, administrativa e penal, e suas penas podem ser aplicadas cumulativamente. Vimos também que o poluidor no caso dos crimes ambientais está sujeito às penas, privativas de liberdade, restritivas de direito. Verificamos também que as pessoas jurídicas também respondem pelos crimes ambientais que pratiquem e que as penas para essas pessoas sendo para elas aplicadas as penas de multa; restritivas de direitos e de prestação de serviços à comunidade.

Atividades de aprendizagem

1) Como nós vimos nesta aula, ao poluidor poderão ser aplicadas várias penas, entre elas a prestação de serviços à comunidade, a interdição temporária de direito e a prestação pecuniária, relendo a Lei Nº. 9.605/98 disponível na aula de hoje no ambiente de aprendizagem VirtualMontes, identifique e escreva em que consiste essas penas.

2) Identifique na leitura da Lei Nº. 9.605, quais são os crimes praticados contra a flora e contra a fauna e suas respectivas penas. Estudando a Lei nº. 9.605/98, responda quem pode praticar os crimes contra a administração ambiental e quais são esses crimes.

Aula 7 - Recursos Ambientais - Água

Objetivo

O objetivo desta aula é analisar os recursos ambientais que compõem o patrimônio ambiental nacional em especial, nesta aula trataremos do recurso “ÁGUA”.

7.1 Introdução

Como nós já observamos nas aulas passadas, o art. 225 da Constituição Federal expressa que o meio ambiente é bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Mas, o que compõe esse bem de uso comum?

Esse bem de uso comum é composto por recursos ambientais, atmosfera, águas interiores, superficiais e subterrâneas, estuários, mar territorial, o solo, subsolo, elementos da biosfera, fauna e a flora.

São esses recursos ambientais que colaboram para que a vida aconteça e se complete em todas as suas formas. A esse conjunto de elementos também podemos chamar de **Patrimônio Ambiental Nacional** (Brasil, 1988).

Nesta aula e nas próximas, aula 8 e aula 9, falaremos sobre alguns recursos naturais que assumem um papel especial no meio ambiente, começaremos nesta aula falando da água.

7.2 A água

A água já foi considerada um recurso natural inesgotável, o seu uso e desperdício colaboram para a constatação de que isso não era verdade.

Apesar de nosso planeta ter $\frac{3}{4}$ da sua superfície coberta por água é inevitável compreender que apenas 2,5% dessa água podem ser destinadas ao consumo humano em todas as suas dimensões.

Mas para que o homem utiliza a água?

A água é fonte da vida, algumas tribos indígenas atribuem à água um significado místico, de origem dos povos e origem da própria vida.

Então não é difícil compreender que a água pode ser destinada à produção de alimentos, a higiene do lar e do corpo, a “matar a sede”, à irrigação e a indústria.

Ocorre que o uso desordenado e abusivo desse recurso natural, e as mudanças ambientais que ocorrem em todo planeta, leva a diminuição e má distribuição desse recurso.

As estratégias para uma melhor utilização desse recurso natural são várias, porém se desdobram em duas dimensões. A primeira delas é a iniciativa dos próprios usuários em buscar alternativas de preservação de cursos d'água e de melhor aproveitamento de águas como as da chuva, por exemplo, em regiões onde o recurso água é mais escasso, como é caso do Programa 1 Milhão de Cisternas-P1MC desenvolvido em articulação com o Semi-Árido Brasileiro - ASA.



Figura 2: Cisterna de Placas construída através do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais - P1MC na comunidade de Roda D'água, Município de Januária, MG, Semiárido Mineiro.

Fonte: SILVA, Leandro Luciano. Organização Social, estratégias produtivas e programas de desenvolvimento: estudo de caso da comunidade Roda D'água, município de Januária, MG. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias). Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais-ICA/UFMG. Montes Claros, 2010.

A segunda dimensão é executada através do Estado que cria leis e normas de preservação ambiental, conservação de matas ciliares e nascentes além de editar normas de consumo e utilização da água.

No Brasil, o principal documento normativo relacionado à água é a Política Nacional de Recursos Hídricos. Que foi instituída pela Lei 9.433 de 08 de janeiro de 1997.

Os **objetivos** da Política Nacional de Recursos Hídricos são a **garantia de disponibilidade de água** para a presente e às futuras gerações, a **instituição de medidas para o uso racional dos recursos hídricos**, com vistas a promover o desenvolvimento sustentável, e a **prevenção e a defesa contra eventos hídricos** naturais ou decorrentes da utilização inadequada de recursos hídricos (BRASIL, 1997).

A Política Nacional de Recursos Hídricos, para atender aos objetivos propostos, instituiu **instrumentos** como: o plano de recursos hídricos, o enquadramento dos corpos d'água segundo seus principais usos, a outorga de direitos de uso de recursos hídricos e a cobrança do uso de recursos hídricos.

Além dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, a Lei nº. 9.433/97 cuidou de instituir o sistema nacional de recursos hídricos,

composto pelo Conselho nacional de recursos hídricos, a agência nacional de águas (ANA), os conselhos de recursos hídricos dos Estados e do distrito federal, os comitês de bacia hidrográfica, órgãos do poder público com atividades relacionadas à gestão de recursos hídricos e às agências de águas.

Um ponto muito importante e que merece ser ressaltado é a representação de usuários em todas as instâncias do sistema, desde o comitê de bacia hidrográfica até o conselho nacional de recursos hídricos. Isso demonstra a preocupação do Estado com a participação democrática de todos envolvidos diretamente com a gestão e uso desse recurso natural tão imprescindível à vida.

Por fim, é importante destacar que visando o efetivo cumprimento da Política Nacional de Recursos hídricos, a lei nº. 9.433/97 elencou, ainda, condutas consideradas como infrações administrativas e suas respectivas penalidades.

Resumo

Nesta aula, vimos que o patrimônio ambiental nacional é composto por vários recursos ambientais, e que o primeiro a ser estudado foi a água. Em relação à água observamos que as estratégias de gestão e uso desse recurso podem ter duas dimensões, a primeira movida pelas comunidades e usuários diretamente envolvidos com os problemas relacionados à escassez de água. A segunda dimensão se trata da atuação do Estado na instituição de normas de uso e consumo desse recurso. Além disso, falamos da política nacional de recursos hídricos, seus instrumentos e do sistema nacional de recursos hídricos, em especial do modelo democrático de participação dos envolvidos desde seu órgão de cúpula até os comitês de bacia.

Atividades de aprendizagem

1) Nesta aula, vimos que alguns dos instrumentos da Política Nacional de Recursos hídricos são: a outorga de direitos de uso de recursos hídricos e a cobrança de uso de recursos hídricos. Diante dessa informação consulte a Lei nº. 9.433/97, disponível no ambiente de aprendizagem, [VirtualMontes](#) e descubra os objetivos desses dois instrumentos.

2) Vimos também, nesta aula, que um dos órgãos de participação das comunidades envolvidas na gestão e uso de recursos naturais é o comitê de bacia hidrográfica. Nesse sentido, pesquise sobre o comitê de bacia hidrográfica do São Francisco, e escreva sobre a legislação que o criou, o seu regimento, os objetivos desse comitê e sua composição.

Vamos lá, conhecer para preservar!
Conto com vocês.

Aula 8 - Recursos Ambientais - Solo

Objetivo

O objetivo desta aula é identificar com os alunos a importância do solo como recurso ambiental e as normas que disciplinam sua utilização.

8.1 O Solo

O solo pode ser compreendido em duas dimensões a primeira como recurso natural e a segunda como espaço social.

Como recurso natural, o solo se apresenta como um conjunto de fatores físico-químicos que possibilitam a sua utilização na produção de alimentos, também é um complexo mundo de transformações, algumas invisíveis ao olho nu, e que contribuem para sua fertilidade e revitalização (ALTIERI; NICHOLLS, 2000).

Como espaço social, o solo pode ser compreendido como um espaço de convergência, onde o homem instala suas pretensões desenvolvimentistas, modificando a estrutura do solo, suas propriedades, e em determinados casos, degradando diretamente esse recurso natural (SILVA, 2010).

O solo também pode ser percebido em dois espaços o espaço rural e o espaço urbano, cada qual com suas características de utilização do solo.

No espaço urbano, presenciamos a utilização do solo para a construção de casas, prédios, indústrias, hospitais, escolas, praças e outras edificações. Essas inúmeras atividades podem degradar direta ou indiretamente o solo, seja pela atividade direta sobre, seja pelo descarte inadequado de resíduos resultantes das atividades realizadas para atender as necessidades humanas.

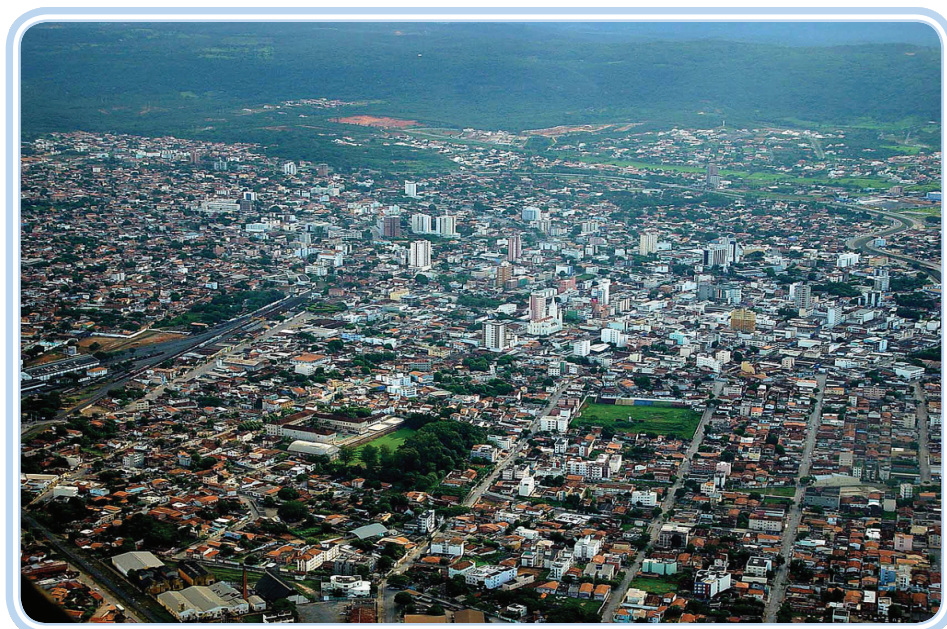


Figura 3: Foto aérea de Montes Claros, MG - Exemplo de ocupação urbana do solo
 Fonte: SKYSCRAPERCITY disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=374328&langid=5>> Acesso: 20 mai. 2011.

Enquanto no espaço urbano temos uma quantidade quase que incalculável de destinos atribuídos ao solo, no espaço rural, as possibilidades se apresentam reduzidas. Basicamente as porções de terra são divididas para o desenvolvimento de atividades relacionadas à agricultura e pecuária, porém isso não significa dizer que a utilização do solo no espaço urbano seja menos ou mais agressiva, ou degradadora.

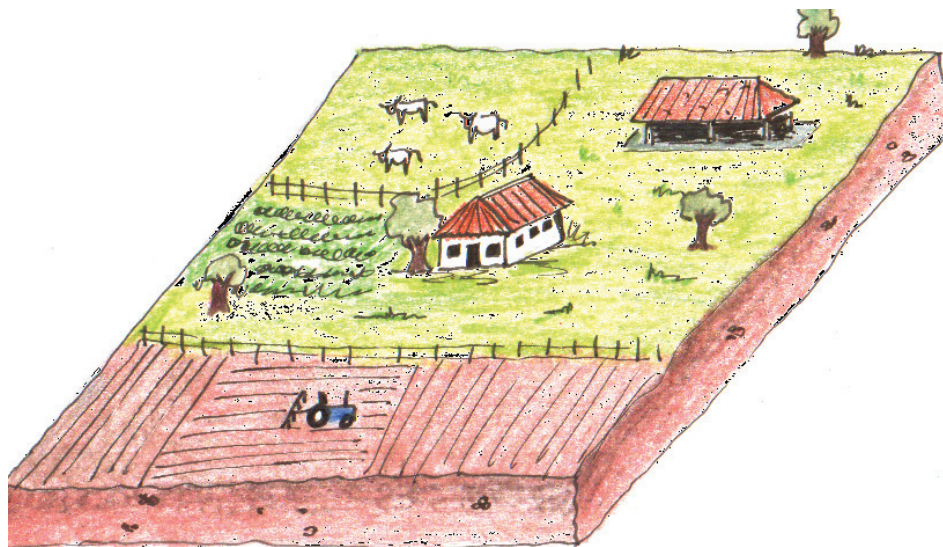




Figura 4: Ilustração dos tipos de ocupação do solo no espaço rural.

GALIZONI, F. M. Material Didático, arquivo pessoal, (s/d).

É importante esclarecer que a prática de atividades agrícolas quando realizadas de forma desordenada e intensiva também agridem o solo tanto quanto as atividades desenvolvidas nos centros urbanos.

A utilização do solo tanto em seu aspecto natural quanto social é objeto do ordenamento jurídico brasileiro, por isso nós temos algumas normas que estabelecem ou regulam a gestão e uso desse recurso ambiental.

Como foi possível observar, a utilização do solo tem várias dimensões, uso agrícola, edificações e recebimento de resíduos sólidos.

Em relação à utilização do solo para fins agrícolas, encontramos especial atenção na Lei 8.171 de 17 de janeiro de 1991, que institui a Política Agrícola nacional (BRASIL, 1991).

A atividade agrícola pode ser entendida como a produção, o processamento e a comercialização dos produtos, subprodutos e derivados, serviços e insumos agrícolas, pecuários, pesqueiros e florestais (BRASIL, 1991).

A atividade agrícola compreende processos físicos, químicos e biológicos, em que os recursos naturais envolvidos devem ser utilizados e gerenciados, subordinando-se às normas e princípios de interesse público, de forma que seja cumprida a função social e econômica da propriedade (BRASIL, 1991).

A política agrícola destaca entre seus objetivos a proteção do meio ambiente, a garantia do seu uso racional e o estímulo a recuperação dos recursos naturais (BRASIL, 1991).

A indicação expressa da preocupação com o meio ambiente também pode ser observada no capítulo VI da Lei de Política Agrícola como se observa abaixo:

Lei nº. 8.171/91

CAPÍTULO VI

Art. 19. O Poder Público deverá:

I - integrar, a nível de Governo Federal, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, os Municípios e as comunidades na preservação do meio ambiente e conservação dos recursos naturais;

II - disciplinar e fiscalizar o uso racional do solo, da água, da fauna e da flora;

III - realizar zoneamentos agroecológicos que permitam estabelecer critérios para o disciplinamento e o ordenamento da ocupação espacial pelas diversas atividades produtivas, bem como para a instalação de novas hidrelétricas;

IV - promover e/ou estimular a recuperação das áreas em processo de desertificação;

V - desenvolver programas de educação ambiental, a nível formal e informal, dirigidos à população;

VI - fomentar a produção de sementes e mudas de essências nativas;

VII - coordenar programas de estímulo e incentivo à preservação das nascentes dos cursos d'água e do meio ambiente, bem como o aproveitamento de dejetos animais para conversão em fertilizantes.

Parágrafo único. A fiscalização e o uso racional dos recursos naturais do meio ambiente são também de responsabilidade dos proprietários de direito, dos beneficiários da reforma agrária e dos ocupantes temporários dos imóveis rurais.

Art. 20. As bacias hidrográficas constituem-se em unidades básicas de planejamento do uso, da conservação e da recuperação dos recursos naturais.

Art. 21-A. O Poder Público procederá à identificação, em todo o território nacional, das áreas desertificadas, as quais somente poderão ser exploradas mediante a adoção de adequado plano de manejo, com o emprego de tecnologias capazes de interromper o processo de desertificação e de promover a recuperação dessas áreas.

§ 1º O Poder Público estabelecerá cadastros das áreas sujeitas a processos de desertificação, em âmbito estadual ou municipal.

§ 2º O Poder Público, por intermédio dos órgãos competentes, promoverá a pesquisa, a geração e a difusão de tecnologias capazes de suprir as condições expressas neste artigo.

Fonte: BRASIL. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro 1991. Dispõe sobre a política agrícola. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8171.htm>. Acesso em: 15 jan. 2011.

Como se observa, a Política Agrícola nacional cuidou, não apenas de estabelecer critérios produtivos, mas em especial determinando os objetivos mínimos para o uso do solo, recuperação de áreas desertificadas entre outras medidas.

Outro ponto que merece destaque e que está intimamente ligado a utilização do solo em espaço rural diz respeito ao descarte de embalagens e resíduos de agrotóxicos no solo.

Sobre esse assunto o CONAMA regulamentou o descarte correto de embalagens de agrotóxicos através da Resolução nº 334, de 03 de abril de 2003.

Além da regulamentação do solo em espaço rural, o ordenamento jurídico também se preocupou com a utilização do solo nos espaços urbanos. Nesse sentido, a Lei nº. 6.766 de 19 de dezembro de 1979 e suas respectivas alterações trataram da ordenação do solo e parcelamento, sendo que, essa competência também foi atribuída aos municípios que poderão estabelecer normas locais sobre o uso e ocupação do solo urbano.

Juntamente com atividades agrícolas e edificações urbanas, o solo ainda pode ser objeto de extrações minerais, que são atividades regidas por legislação especial que chamamos de Código de Mineração, instituído pelo Decreto Lei nº. 227 de 28 de fevereiro de 1967 e também por outras leis pertinentes a extração mineral.

Resumo

Caros alunos, nessa aula estudamos um dos recursos ambientais mais importantes para a sobrevivência do homem e da natureza, o solo. Estudamos que a utilização do solo pode ocorrer em dois espaços e o tipo de utilização pode variar entre esses dois tipos de ambientes, o espaço urbano e o rural, vimos exemplos de ocupações urbanas e rurais, e as legislações mais importantes relacionadas ao uso e gestão do solo, como a Política Agrícola, agora é hora de exercitarmos o que estudamos.

Vamos lá!

Atividades de aprendizagem

- 1) De acordo com os modelos de ocupação do solo, faça um passeio pela sua cidade, seu bairro ou sua comunidade e descreva como você percebe a ocupação do solo em seu ambiente.
- 2) Faça uma pesquisa sobre as formas de disposição dos resíduos sólidos e busque informações sobre os impactos causados pelos lixões e aponte alternativas para o gerenciamento dos resíduos sólidos.

Aula 9 - Recursos Ambientais - Flora e Fauna

Objetivo

O objetivo desta aula é trabalhar o conceito flora e fauna e estudar as legislações pertinentes à matéria.

9.1 Aspectos Conceituais

Quando falamos de flora e fauna em um único capítulo ou aula, é porque entendemos que estes recursos ambientais estão intimamente ligados e dependentes um do outro dentro no âmbito de um ecossistema.

São trocas que ocorrem a todo o momento na natureza, sendo que esses dois recursos se beneficiam reciprocamente.

9.2 Da flora

A flora pode ser compreendida como a totalidade de espécies que são encontradas na vegetação de determinada região. A vegetação é a cobertura vegetal de determinado local, país ou região, que pode ser verificada em modalidades diferentes, como arbóreas, arbustiva entre outros e, podem ser encontrados ainda conjuntos diferentes de vegetação, como florestas, savanas, pântanos e muitos outros (MARTINS DA SILVA, 2004).



Figura 5: Exemplo de flora típica do Cerrado - Flor de Pequi.

Fonte: Arquivo pessoal.

Em relação à flora, um dos maiores problemas enfrentados pela humanidade é o desmatamento, visando à diminuição dessa afronta ao meio ambiente é que o Estado prevê determinados instrumentos normativos regulando esse fenômeno.

A Constituição Federal, de forma geral em seu artigo 225, não deixa dúvidas da importância da flora para a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, além disso, prevê medidas específicas principalmente no que se refere à Floresta Amazônica e à Mata Atlântica.

Além dos preceitos constitucionais, outro instrumento normativo ainda em vigor no Brasil é o Código Florestal instituído pela Lei nº. 4.771, de 15 setembro de 1965.

O Código Florestal tem desempenhado um papel importante na preservação da flora nacional, além disso, apresenta conceitos e determinação a serem respeitadas pelos que se utilizam da flora para a prática de atividades econômicas ou não.

Área de preservação permanente e reserva Legal, são conceitos trazidos pelo Código e que são de grande importância, no uso e gestão da flora, a saber:

Código Florestal

Art. 1º As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

§ 2º Para os efeitos deste Código, entende-se por:

II - Área de preservação permanente: área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas;

Fonte: BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>. Acesso em: 12 fev. 2011. Acesso em: 20 fev. 2011.

Além de aspectos conceituais, o **Código Florestal** ainda traz proibições com a utilização do fogo como forma de manejo florestal, além de aplicação de multas para o descumprimento das orientações dispostas pelo código.

Uma importante informação é que o código florestal que acabamos de conhecer está prestes a ser alterado, pois tramita pelo congresso nacional o projeto de Lei nº. 1.876/99, que institui o **Novo Código Florestal**, fiquem atentos, pois a qualquer momento teremos que rever alguns preceitos da legislação sobre a flora brasileira em especial questões relacionadas à reserva legal e permanente.

9.3 Da Fauna

A fauna pode ser conceituada como o conjunto de animais que vivem em determinada região ou ambiente. Existem vários tipos ou divisões de fauna, existe a fauna Silvestre, a aquática, a fauna alada entre outras, cada uma com seu papel no ecossistema (MARTINS DA SILVA, 2004).

Um dos maiores ou o maior inimigo da fauna é o próprio homem. Historicamente o homem vem de forma desordenada agredindo a fauna por todo o mundo, levando inclusive à extinção, algumas espécies que nossos filhos só vão conhecer por fotografias em livros de ciências ou pela *internet*.

No Brasil, além do texto constitucional, os principais instrumentos normativos que têm o objetivo de frear a ação desordenada do homem sobre a fauna são o **Código de Pesca**, instituído pelo Decreto Lei nº. 221/1967, a Lei nº 5.197/1967 que institui o **Código de Caça** e ainda a Lei nº. 11.794/2008, que estabelece procedimentos para experiências científicas com animais.

O **código de pesca**, apesar de ainda em vigor, teve grande parte de seu texto revogado pela Lei nº. 11.959, de 29 de junho de 2009 que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, que além de aspectos conceituais, apresenta regulamentações sobre a pesca em todo território nacional.

No que se refere ao **código de caça**, além de outras disposições é importante destacar a instituição do Conselho Nacional de Proteção à Fauna, CNPF, **órgão consultivo que atua junto ao ministério do meio ambiente**.

Mas o **código de caça**, não trata apenas do CNPF, trata ainda as possibilidades para a prática de caça no território nacional e em ambiente regionais, estabelece os critérios para a licença e transporte de produtos decorrentes de caça predatória não predatória.

Resumo

Nessa aula, nos trabalhos os conceitos de flora e fauna, vimos seus principais exemplos e as principais normas que tratam desses dois temas. Também falamos sobre os instrumentos normativos que tratam da flora e da fauna nacional, em especial o código florestal, o Código de Pesca e o Código de Caça, falamos também sobre o Projeto de Lei nº. 1876/99, que poderá instituir o Novo Código Florestal.

Atividades de aprendizagem

- 1) Pesquise em livros na internet, qual é a vegetação predominante em sua região, consulte ainda se para ela existe alguma legislação específica ou alguma proteção especial.
- 2) Vá até o VirtualMontes e, na aula de hoje, faça uma leitura do Código Florestal atual e do Projeto de Lei nº. 1876/99, e tente apontar diferenças que você acredita que vão trazer impactos significativos para a flora nacional.
- 3) Ainda no ambiente de aprendizagem virtual, VirtualMontes, consulte o Código de Pesca e o Código de Caça, e pesquise como funciona a concessão de licença de caça e pesca.

Aula 10 - Instrumentos de Tutela Ambiental - Estudo e Relatório de Impacto Ambiental

Objetivo

O objetivo dessa aula é trabalhar com os alunos os fundamentos básicos do Estudo e do Relatório Ambiental, bem como os instrumentos normativos que disciplinam o tema.

10.1 Introdução

O impacto ambiental pode ser conceituado como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada pelas atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança, o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais (BRASIL, 1986).

Para algumas atividades que tenham grande potencial de causar impacto ambiental, o legislador entende ser necessária a apresentação junto ao órgão competente para o licenciamento ambiental de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA), e um relatório de impacto ambiental (RIMA).

Esses dois documentos não são instrumentos separados, entende-se que o RIMA seja uma síntese ou uma representação do primeiro, ou seja, do EIA.

O estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ambiental são regulamentados pela resolução 01 do CONANA, de 23 de janeiro de 1986.

10.2 Estudo de Impacto Ambiental (EIA)

De acordo com a resolução 01 do CONAMA, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) deverá contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto. Identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade. Definir os limites da área de influência do projeto, considerando inclusive a bacia hidrográfica na qual se localiza. Considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e a compatibilidade do projeto com essas políticas.

O Estudo de Impacto Ambiental consiste, portanto, em um grande diagnóstico no qual o profissional responsável deverá apresentar todas as dimensões impactantes do empreendimento, suas repercussões no meio físico, biológico e socioeconômico nas áreas de abrangência do projeto (BRASIL, 1986).

Além do diagnóstico, o EIA é responsável por apontar medidas mitigadoras dos impactos negativos e a elaboração de programas de acompanhamento e monitoramentos dos impactos ambientais.

10.3 Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)

Juntamente com o estudo de impacto ambiental, o empreendedor, deverá apresentar o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

O RIMA, como já mencionado, é a representação do EIA, o RIMA deve conter todas as informações do EIA, porém de forma mais simplificada e com linguagem mais acessível à sociedade.

Apesar de apresentar um caráter menos técnico, o RIMA refletirá as conclusões do EIA e deverá apresentar entre outros elementos: os objetivos e justificativas do projeto, a descrição do projeto e suas alternativas tecnológicas, a síntese dos resultados dos estudos de diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, a descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade, a descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderam ser evitados e o programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos ambientais do empreendimento.

Como se observa, o EIA/RIMA é um trabalho complexo e deve ser realizado por equipe multidisciplinar visto as dimensões dos impactos ambientais do empreendimento.

Resumo

Caros alunos, nesta aula, vimos que os empreendimentos potencialmente poluidores devem apresentar junto ao órgão competente o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental, que vão subsidiar a decisão administrativa quanto a concessão do licenciamento ambiental. Vimos também os elementos mínimos que devem estar presentes no EIA/RIMA.

Atividades de aprendizagem

1) Visite nossa aula de hoje no ambiente de aprendizagem VirtualMontes, e faça uma leitura da resolução 01 do CONAMA, identifique e escreva as atividades que dependem do EIA/RIMA.

Aula 11 - Instrumentos de Tutela Ambiental - Licenciamento Ambiental

Objetivo

Essa aula tem por objetivo trabalhar com os alunos, os aspectos relevantes do licenciamento ambiental, as atividades sujeitas ao licenciamento, espécies de licenciamento ambiental e a competência para a concessão da licença ambiental.

11.1 Aspectos Conceituais

O **licenciamento ambiental** é procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que possam causar degradação ambiental (BRASIL, 1997; TRENNEPOHL; TRENNEPOHL, 2010).

Um dos principais requisitos para o licenciamento ambiental trata-se dos temas trabalhados na aula passada, Aula 10, assim, a licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio **estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente** (EIA/RIMA).

O resultado positivo do licenciamento ambiental é a **licença ambiental**, conceituado como o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que possam causar degradação ambiental (FARIAS, 2010).

A **competência administrativa** para o processamento e concessão da licença ambiental é determinada em razão da área de abrangência do empreendimento. Nesse sentido, a resolução nº. 237/97 do CONAMA estabelece a competência para o licenciamento ambiental.

Art. 4º Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), órgão executor do SISNAMA, o licenciamento ambiental, a que se refere o artigo 10 da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional, a saber:

I - localizadas ou desenvolvidas conjuntamente no Brasil e em país limítrofe; no mar territorial; na plataforma continental; na zona econômica exclusiva; em terras indígenas ou em unidades de conservação do domínio da União;

II - localizadas ou desenvolvidas em dois ou mais Estados;

III - cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais do País ou de um ou mais Estados;

IV - destinados a pesquisar, lavrar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN;

V- bases ou empreendimentos militares, quando couber, observada a legislação específica.

§ 1º O IBAMA fará o licenciamento de que trata este artigo após considerar o exame técnico procedido pelos órgãos ambientais dos Estados e Municípios em que se localizar a atividade ou empreendimento, bem como, quando couber, o parecer dos demais órgãos competentes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, envolvidos no procedimento de licenciamento.

§ 2º O IBAMA, ressalvada sua competência supletiva, poderá delegar aos Estados o licenciamento de atividade com significativo impacto ambiental de âmbito regional, uniformizando, quando possível, as exigências.

Art. 5º Compete ao órgão ambiental estadual ou do Distrito Federal o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades:

I - localizados ou desenvolvidos em mais de um Município ou em unidades de conservação de domínio estadual ou do Distrito Federal;

II - localizados ou desenvolvidos nas florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente relacionadas no artigo 2º da Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965, e em todas as que assim forem consideradas por normas federais, estaduais ou municipais;

III - cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais Municípios;

IV - delegados pela União aos Estados ou ao Distrito Federal, por instrumento legal ou convênio.

Parágrafo único. O órgão ambiental estadual ou do Distrito Federal fará o licenciamento de que trata este artigo após considerar o exame técnico procedido pelos órgãos ambientais dos Municípios em que se localizar a atividade ou empreendimento, bem como, quando couber, o parecer dos demais órgãos competentes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, envolvidos no procedimento de licenciamento.

Art. 6º. Compete ao órgão ambiental municipal, ouvidos os órgãos competentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local e daquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio.

Fonte: BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>> Acesso em: 13 de abr. 2011.

Como podemos observar, o licenciamento ambiental é procedimento que pode ser realizado nos três níveis da administração pública, ou seja, a nível federal, o IBAMA é o órgão competente, em âmbito estadual os órgãos

ambientais estaduais competentes, em matéria local os órgãos municipais competentes obedecendo a estrutura de cada município.

11.2 Espécies de Licenciamento Ambiental

A Resolução nº. 237 do CONAMA estabelece três tipos de licença que poderão ser concedidas isoladas e sucessivamente.

A primeira licença da qual trataremos é a **Licença Prévia (LP)**, que é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implantação.

A **Licença de Instalação (LI)** é que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.

Por fim, a **Licença de Operação (LO)** que autoriza a operação da atividade ou do empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta na licença prévia e de instalação.

As licenças ambientais não podem ser consideradas como autorizações definitivas, essas licenças podem ser modificadas, suspensas e até canceladas, pelo órgão Ambiental competente.

Resumo

Nesta aula, vimos que o licenciamento ambiental é um instrumento administrativo que a administração pública se vale para regular as atividades potencialmente poluidoras. Vimos que a licença pode ser prévia, de instalação e de operação. Estudamos que o processo do licenciamento ambiental deve ser iniciado no órgão ambiental competente em decorrência da área de abrangência do impacto ambiental, por fim, vimos que a licença ambiental não é eterna e pode ser modificada, suspensão e cancelada.

Atividades de aprendizagem

- 1) Vá até o ambiente de virtual de aprendizagem VirtualMontes, consulte a Resolução nº. 237 do CONAMA, identifique e escreva as etapas do procedimento de licenciamento ambiental.
- 2) Ainda com a leitura da Resolução nº. 237 do CONAMA, identifique e escreva os prazos de validades das licenças ambientais.
- 3) Leia novamente a Resolução 237 do CONAMA e verifique quais as hipóteses de modificação, suspensão e cancelamento das licenças ambientais.

Aula 12 - Instrumentos de Tutela Ambiental - Criação Espaços Especialmente Protegidos

Objetivo

O objetivo desta aula é trabalhar com os conceitos de espaços especialmente protegidos, e os instrumentos normativos para a instituição desses espaços.

12.1 Introdução

Quando falamos em espaços especialmente protegidos devemos pensar em dois grandes conjuntos os espaços especialmente protegidos em *lato sensu* e os espaços especialmente protegidos em *stricto sensu* (MILARÉ, 2009).

Em *lato sensu* podemos incluir as Áreas de preservação permanente (APP) e as Reservas Florestais Legais (RFL). Em *stricto sensu*, incluímos as unidades de conservação (MILARÉ, 2009).

12.2 Áreas de Preservação Permanente e Reserva Florestal Legal

As APP e a área de Reserva florestal Legal são reguladas pelo Código Florestal Brasileiro que conceitua como área de preservação permanente a área coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas, e como **Reserva Florestal Legal** área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.

Além do Código Florestal, o CONAMA também expediu resolução que regulamenta as APP. Nesse sentido, foi expedida a Resolução n°. 303/2002 do CONAMA.

As definições detalhadas das APP podem ser verificadas tanto no art. 2º. Do Código Florestal, quanto no art. 3º. Da resolução 303 da Resolução do CONAMA.

Já as Reservas Florestais Legais, são disciplinadas pelo art. 16 do Código Florestal Brasileiro, que estabelece sua localização na unidade rural, as normas de averbação, e as possibilidades de supressão e substituição da área de Reserva Florestal Legal.



No norte de Minas Gerais temos uma das maiores unidades de conservação do estado, para maiores informações sobre essa unidade de conservação consulte o sitio oficial do Instituto estadual de Florestas- IEF - www.ief.mg.gov.br.

12.3 Unidades de Conservação

É considerada **unidade de conservação** o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

As unidades de conservação são instituídas pelo poder público, que estabelece as regras de utilização e gestão dos recursos naturais nessas unidades.

A Constituição Federal em seu art. 225, o principal instrumento normativo que trata das unidades de conservação começa da:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

III - definir, em todas as Unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

Fonte: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 jan. 2011.

Além da Constituição Federal, outros instrumentos normativos disciplinam a instituição de Unidades de Conservação: a Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000 e o Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Segundo a Lei nº. 9.985/2000, a criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade.

As unidades de conservação podem ser classificadas em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, sendo que a principal diferença entre esses dois tipos de espaços é que a primeira se destina à preservação da natureza e a segunda visa compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

A Unidade de Proteção Integral é composta por categorias de unidades sendo a Estação Ecológica, a Reserva Biológica, o Parque Nacional, o Monumento Natural e o Refúgio de Vida Silvestre (BRASIL, 2000).

Quanto às Unidades de Uso Sustentável, é composta pelas seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e a Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000).

Todas essas categorias estão especificamente definidas pela Lei nº. 9.985/2000.

Resumo

Nesta aula, vimos que os espaços territoriais especialmente protegidos, podem ser divididos em espaços lato e stricto sensu, vimos também que as APP e a Reserva Florestal Legal são regulamentadas pelo Código Florestal Brasileiro e pela resolução 303/2000, do CONAMA. Foi importante observar que as unidades de conservação são regulamentadas pela Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, e pelo Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002, que disciplinam de forma objetiva os aspectos conceituais e orientações normativas sobre a instituição das unidades de conservação em nosso país.

Atividades de aprendizagem

- 1) Vá até o ambiente de virtual de aprendizagem VirtualMontes, consulte o Código Florestal Brasileiro, conceitue e identifique as APP e a Reserva florestal Legal.
- 2) Pesquise sobre as unidades de conservação existentes no estado de Minas Gerais, identifique a mais próxima de sua região e classifique-a segundo os preceitos da Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000.

Referências

ALTIERI, MIGUEL; NICHOLLS, CLARA, I. AGROECOLOGÍA - Teoría y práctica para uma agricultura sustentable 1a edición. Serie Textos Básicos para la Formación Ambiental. Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente. México, 2000.

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 12ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 1, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>> Acesso em: 13 de abr. 2011.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>> Acesso em: 13 de abr. 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 jan. 2011.

BRASIL. Decreto nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm>. Acesso em: 12 fev. 2011.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>. Acesso em: 12 fev. 2011. Acesso em: 20 fev. 2011.

BRASIL. Lei nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>. Acesso em: 12 fev. 2011.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 14 mar. 2011.

BRASIL. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro 1991. Dispõe sobre a política agrícola. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8171.htm>. Acesso em: 15 jan. 2011.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

Brasil. Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 22 jan. 2011.

BRASIL. Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 20 jan. 2011.

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FARIAS, Talden. Licenciamento Ambiental: aspectos teóricos e práticos. 2ªed. Belo Horizonte: Editora Fórum. 2010.

FIÚZA, César. Direito Civil Curso Completo: curso completo. 13 ed. revista, atualizada e ampliada. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

GALIZONI, F. M. Material Didático, arquivo pessoal. Sem data.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 14ªed. São Paulo: Ed. Malheiros. 2006.

MARTINS DA SILVA, Américo Luís. Direito do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais. v1, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.2004.

MILARÉ, Direito do Ambiente: A Gestão Ambiental em Foco. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. 25 ed. Rio de Janeiro: Forense. 2005.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro. Forense, 1976.v.1.

PHILIPPI JR, Arlindo; ALVES, Alaôr Café. Curso interdisciplinar de Direito Ambiental. Barueri, SP: Manole, 2005.

REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 27 ed. São Paulo: Saraiva. 2005.

ROCCO, Rogério. Legislação brasileira do meio ambiente. 2ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SILVA, Leandro Luciano. Organização Social, estratégias produtivas e programas de desenvolvimento: estudo de caso da comunidade Roda D'água, município de Januária, MG. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias). Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais-ICA/UFMG.Montes Claros, 2010.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de Direito Ambiental. 8ªed. São Paulo: Saraiva. 2010.

TRENNEPOHL,Curt; TRENNEPOHL, Terence. Licenciamento Ambiental. 3ª Ed., Niterói: Impetus. 2010.

Currículo do professor conteudista

Leandro Luciano da Silva

Advogado, Mestre em Ciências Agrárias pelo ICA/UFMG. Especialista em Gestão Integrada: Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho. Especialista em Direito Público. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho.



